

www.valor.com.br

Quarta-feira, 24 de novembro de 2021 Ano 22 Número 5382 R\$ 5,00

Crédito imobiliário perde ímpeto, mas setor descarta nova crise C1

Carfafa cobra cobrança de ITR sobre áreas invadidas E1

Nenhum país consegue se desenvolver com só 20% da população na faixa dos 30 anos com ensino superior, diz Eduardo Parente, da Yduqs B6

Jornal Econômico Valor

Destaque

COP26 - Caderno especial

Stella Fontes e Letícia Fucuchina
De São Paulo

Seja pelos custos mais baixos ou para cumprir metas climáticas, a indústria petroquímica brasileira tem investido na transição energética. As quatro maiores empresas do setor com operação no país — Braskem, Dow, Unipar e Urigel — têm pelo menos R\$ 5,3 bilhões em contratos de longo prazo para a compra de energia solar e eólica, além de investimentos em autoprodução.

A Unipar, por exemplo, tem acordos com as empresas de energia renovável AES Brasil e Adas Renewable Energy. A petroquímica química não está tão bem posicionada para fazer frente à economia de baixo carbono quanto outros setores.

Setor petroquímico investe R\$ 5,3 bi em energia limpa

Uma das maiores investidas em fonte eólica do país, a Casa dos Ventos tem em sua carteira pesos pesados da indústria petroquímica. Em 2020, fechou contratos de longo prazo com Dow, Urigel e Braskem para fornecer energia a partir de dois complexos eólicos em construção, Rio do Vento (RN) e Babóia Sul (BA). Esses empreendimentos, abertos a outros clientes, somam 1,2 gigawatt de capacidade instalada de R\$ 6,5 bilhões em investimentos.

O diretor da AES Rogério Jorge diz que a busca por energias alternativas começou em 2018 e ganhou força em 2020. Segundo ele, atualmente todas as empresas elétricas estão negociando algum projeto de energia renovável ou já possuem algum contrato. **Página B1**

Fábrica de diesel verde terá R\$ 1,8 bi

Camila Souza Ramos
De São Paulo

Uma das maiores produtoras de biodiesel de palma do país, a Brasil Biofuels (BBF) firmou parceria com a Vibra Energia (antiga BR Distribuidora) que permitirá a construção da primeira indústria de diesel verde (HVO) do Brasil, na Zona Franca de Manaus. Conforme o acordo, a Vibra ficará responsável pela venda de toda a produção da nova unidade, que exigirá investimento de R\$ 1,8 bilhão da BBF.

Diferentemente do biodiesel, o uso do HVO dispensa adaptação dos motores ou sua mistura ao diesel fóssil, já que suas moléculas são idênticas. **Página B9**

Ensino profissionalizante

Estado luta pela OCDE, pedindo da Fundação Roberto Marinho do Brasil Educação e Trabalho, faz uma série de recomendações para o aprimoramento do ensino técnico e profissionalizante no país, com destaque para a participação do setor produtivo. O relatório será apresentado amanhã, às 10h, pelo YouTube do Canal Futura. **A2**

CCJ aprova PEC antibengalá

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou ontem proposta de emenda constitucional que altera a lei que aprova a competência dos ministros do Supremo Tribunal Federal, de 73 para 70 anos. A aprovação foi feita com um "trunfo" no STJ, que suspendeu o pagamento das emendas de retomar o Orçamento. **A11**

Energia e mudança climática

Pesquisa da KPMG com 133 líderes da indústria de energia aponta que 40% dos executivos consideram as mudanças climáticas como o maior risco ao crescimento das empresas nos próximos anos. Para 63%, a pressão quanto aos temas ESG vem, principalmente, de investidores e órgãos reguladores. **B2**

Ensino presencial ganha força

Com o aumento da vacinação, a demanda pelo ensino superior volta a crescer. Pesquisa realizada pela consultoria Educa Insights, com mil potenciais alunos de instituições de ensino particulares, mostra que 63% pretendem ingressar na faculdade no início do próximo ano, um avanço de 23 pontos percentuais comparado ao número de um ano atrás. **B6**

Alice compra a Cuidas

Alice, startup de planos de saúde, compra a Cuidas, uma "healthtech" focada em atenção à saúde primária de fundadoras de empresas. Essa é a primeira aquisição feita pela empresa, fundada em 2019, que já captou quase US\$ 50 milhões de fundos de venture capital estrangeiros. O valor do negócio não foi divulgado. **B7**

Fundos de ações perdem recursos

Em novembro, até o dia 17, a captação líquida dos fundos de ações estava negativa em R\$ 4,4 bilhões, segundo a Anbima. Com isso, o resultado acumulado no ano também entrou no campo negativo, com saque líquido de R\$ 28,2 bilhões. O rescaldo foi influenciado pelo momento ruim do mercado de ações pelo maior atratado da renda fixa, com o aumento dos juros. **Página C6**

Ideias

Fernando Exman

Para desistir do PSDR não se limitou ao prévio. Disputa acirrada por candidatura presidencial para sua partido. **A12**

Nilson Teixeira

A resposta monetária mais apropriada é o Banco Central manter o ritmo de elevação da Selic em 150 pontos. **A17**

Indicadores

Bovespa	23/Nov/21	100%	88.303,9
S&P 500	23/Nov/21	775%	4.211,25
Dólar (cotado em R\$)	23/Nov/21	30%	5,48
Dólar comercial (cotado em R\$)	23/Nov/21	1,04%	5,48
Dólar turismo (cotado em R\$)	23/Nov/21	1,04%	5,48
Índice de confiança do consumidor	23/Nov/21	100%	100
Índice de confiança do empresário	23/Nov/21	100%	100
Índice de confiança do consumidor	23/Nov/21	100%	100
Índice de confiança do empresário	23/Nov/21	100%	100

Parceiros do meio ambiente



O setor de petróleo ainda é detido da maior parte dos investimentos noruegueses no Brasil, mas o país é visto como parceiro estratégico no transição para uma economia de baixo carbono e no desenvolvimento de tecnologias verdes, afirma o diretor-geral da Norvegia no Brasil, Marianne Fosland. **Fig. A7**

Convenção pode vetar aluguel de temporada

João Barcelo
Do Rio

O Superior Tribunal de Justiça decidiu que as convenções de condomínio podem proibir que proprietários aluguem seus imóveis por temporada, seja por plataformas digitais, como o Airbnb, ou outros serviços de locação. O entendimento, da 3ª Turma do STJ, praticamente encerra a questão na Corte, mas o assunto deverá ser levado ao STJ. **Página E1**

Relator da PEC dos Precatórios sugere sete mudanças no texto

Renan Truffi e Vandson Lima
De Brasília

O relator da PEC dos Precatórios, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), distribuiu ontem aos senadores um resumo dos ajustes que fará no texto recebido da Câmara. O documento enumera sete mudanças, como a que altera o caminho para tornar o Auxílio Brasil permanente na Constituição. O senador não indicou fonte de compensação fiscal e defendeu não ser necessária em 2022. Segundo ele, "há uma tree" de que a abertura de espaço fiscal no teto de gastos seria suficiente. Bezerra também prevê o pagamento do Funde a professores como abono, para evitar a incorporação aos salários. O parecer deve ser lido hoje na Comissão de Constituição e Justiça. **Página A10**

China libera carne e anima frigoríficos

Luiz Henrique Mendes e Rafael Waldendorff
De São Paulo e Brasília

Em um sinal positivo nas negociações entre Brasil e China para a reabertura do país asiático à carne bovina brasileira, as autoridades alfândegárias chinesas autorizaram o desembarque das cargas que haviam sido certificadas antes de 4 de setembro, data de início da suspensão, após o surgimento de dois casos atípicos do mal da "vacca louca", em Minas Gerais e Mato Grosso. Pequim, porém, não anunciou o relaxamento do embargo. Uma fonte do setor calcula que o volume de carne bovina certificada em estoque é de quase US\$ 300 milhões. **Página B10**

Ser Educacional decide criar banco digital

Beth Koike
De São Paulo

A Ser Educacional criou um banco digital para atender sua base de 300 mil alunos e 13 mil funcionários e numa segunda fase, estender os serviços a outros grupos educacionais e o público geral. O pedido para abertura da instituição já foi feito ao Banco Central e o prazo de aprovação é de até um ano.

Neste intervalo, vai operar como "fintech", baseada de linha, com serviços como "cobback" para os que pagarem a mensalidade em dia, cartão pré-pago e, futuramente, financiamento estudantil e emprestimo consignado aos funcionários.

Segundo João Aguiar, diretor financeiro da empresa, serão analisados o perfil e comportamento de crédito de alunos para a criação de um financiamento universitário. A Ser já oferece crédito estudantil próprio, mas por não ser instituição financeira há limite para concessões em maior escala. Grupos como Kroton e Yduqs enfrentam o mesmo cenário. **Página B7**

VOCÊ SABE QUAL É SUA EMISSÃO DE CARBONO?

37,30 gCO₂e

DESCUBRA PELO APP BRADESCO.

esg Conheça e mude sua trajetória e se pratique ESG em bradesco.com.br/sustentabilidade

bradesco transforme o futuro

LIVE do VALOR

As 11 horas no www.valor.com.br

Quarta, 24/11 - São Paulo, avalia o setor de varejo e o do USG. **Paulo Pereira**, diretor e estrategista de Desenvolvimento para América Latina pela P&G. **Marcos**

Quinta, 25/11 - Andréa Fernandes, CEO do T Group e **Felipe Mendes**, diretor-geral de AL da USG.



O BANCO MASTER CHEGOU PARA AJUDAR VOCÊ A CHEGAR AONDE QUISER.

Sucesso nem sempre é sinônimo de riqueza ou fama. Ele também pode estar em coisas mais simples e ser diferente a cada momento.

Sucesso é transformar sonhos em realidade e o Banco Master chegou para ajudar a realizar os seus.

Um banco ágil, fácil e parceiro, sempre pronto para atender e colaborar para o seu sucesso, seja o que for sucesso para você.

bancomaster.com.br



BAIXE O APP E SAIBA MAIS



SEU SUCESSO, NOSSA MAIOR CONQUISTA.



A1 Valor | Quarta-feira, 24 de novembro de 2021

Brasil Jornais Brasil

Contas públicas Equipe de Guedes prevê resultado primário em 2022 pior que no primeiro ano de Bolsonaro

PEC elimina promessa de melhora fiscal

Fábio Graner e Raphael Di Couto De Brasília

O aumento de gastos previsto na proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Precatórios piora a expectativa de déficit primário para 2022 e indica que o governo deve não apenas contrariar a promessa de zerar o déficit público, ou seja, de parar de gastar mais do que arrecada, mas entregar um resultado pior do que quando assumiu há três anos.

Os dados da proposta equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, apontam para um resultado primário pior que no primeiro ano de governo em proporção do Produto Interno Bruto (PIB) e, em termos nominais, pior que no último ano do governo Temer. A projeção divulgada em relação ao segundo trimestre de 2022, o déficit primário projetado é de 0,5% do PIB, mas a área econômica já voltava a ser positiva em 2021. Em 2018, esse indicador ficou em 1,7% do PIB, mas já recuou para 1,3% em 2019, primeiro ano do presidente Jair Bolsonaro.

Sem a PEC, a trajetória seria de clara melhora, com o teto de gastos diminuindo mais os despesas. O déficit estimadava de 0,5% do PIB, mas a área econômica já voltava a ser positiva em 2021.

A PEC abita um espaço de R\$ 106 bilhões para gastos, em parte com a autorização para o não pagamento de precatórios (di-

vidas judiciais) e em parte com a mudança na período de afecção do teto de gastos (que proíbe o crescimento das despesas do governo acima da inflação). Em termos nominais, a PEC causará um aumento do déficit para R\$ 143,1 bilhões em 2022, número calculado com base no PIB nominal estimado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) e confirmado com o economista Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do ICB, livre e secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Em 2018, a diferença entre despesas e receitas primárias (excluído o gasto com juros) foi de R\$ 120,1 bilhões e, em 2019, primeira ano do atual governo, foi de R\$ 95,1 bilhões.

Pires destaca que há ainda muita incerteza em relação aos números fiscais para o próximo ano porque a transição da PEC não foi concluída (faltava a aprovação pelo Senado) e o Orçamento de 2022 nem foi votado. Para ele, a notícia mais negativa é que o resultado primário deve piorar em relação a 2021 e não em comparação com o início do governo, como se quer garantir o mandato atual às contas públicas seferem o impacto da pandemia, mesmo que não deve ser desconsiderado na análise.

"Apesar da promessa do Guedes de não ampliar a piora em relação a 2021 é mais importante porque reverte a ideia de que a trajetória fiscal estava melhorando após a pandemia", argumentou Pires, destacando que isso está relacionado a



Economista Manoel Pires: notícia mais negativa é que o resultado primário deve piorar em relação a 2021

uma fratura no teto de gastos muito expressiva e em decorrência da PEC e da alta da inflação, que está ampliando despesas obrigatórias. "É uma deterioração fiscal não só no resultado, mas também pela falta de previsibilidade sobre o que os aliceres fiscais serão reconstruídos", afirmou.

Para Daniel Conti, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) e novo cenário do governo incorpora mudanças que vêm sendo internalizadas, pouco a pouco, pelos agentes desde o envio da PEC

dos Precatórios. "Ele leva em conta o aumento decorrente da aprovação da medida, o que vai alimentar uma dívida mais alta e mais cara em 2022", disse. "Resta saber ainda qual o tratamento contábil e fiscal que será dado aos precatórios não expedidos, aquelas ações com trânsito em julgado à espera da inclusão no Orçamento. Isso não parece estar sendo considerado pelo governo até o momento", disse.

Em sua visão, a indicação de um primário com déficit mais alto em 2022 confirma que "o país entrou

numa trajetória fiscal pior, após a melhora temporária causada pela inflação". "É só uma questão de quanto vamos piorar. A credibilidade da gestão fiscal já foi comprometida", disse.

O presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e professor da FUCSP, Antonio Correa de Lacerda, afirma que ampliar o gasto para o programa social é positivo, pelo quadro dramático de desemprego e pobreza, mas critica que junto com o Auxílio Brasil há gastos pouco eficientes crescendo

e não está havendo ampliação dos investimentos públicos. "Se tivesse ampliado o déficit para aumentar investimentos, para ciência e tecnologia, inovação seria melhor. O programa social é positivo, ameniza a crise e é solução econômica, é justificável, mas junto com ele há uma boiada passando com as emendas parlamentares e de gastos de pesquisa finalizada de econômica e social", disse.

Relator da PEC na Câmara, Hugo Motta (República) disse que ninguém pode avaliar positivamente o aumento do déficit fiscal do país, mas que é preciso entender que o Brasil vive um momento de pós-pandemia e precisa ampliar os gastos na área social. "As medidas que geraram esse déficit maior têm que ser tomadas nesse contexto para atender a população mais carente e não deita-la de covardia".

Para o deputado Elio Vero (PFL), coordenador do núcleo econômico do PT na Câmara, o teto de gastos e o aumento do déficit fiscal do país, mas que é preciso entender que o Brasil vive um momento de pós-pandemia e precisa ampliar os gastos na área social. "As medidas que geraram esse déficit maior têm que ser tomadas nesse contexto para atender a população mais carente e não deita-la de covardia".

Exportações do Brasil estão entre as que mais recuaram

Andis Moreira De Genebra

O Brasil teve a segunda maior queda nas exportações de mercadorias entre os países do G20 no terceiro trimestre de 2021, com a retomada dos serviços, mas o crescimento do comércio de mercadorias diminuiu.

Conforme a OCDE, no terceiro trimestre o comércio internacional de mercadorias no G20 estabilizou em nível recorde, após quatro trimestres de crescimento sustentado. Houve uma acentuada desaceleração em relação ao primeiro semestre do ano quando o aumento dos preços impulsionou o valor das mercadorias comercializadas.

A demanda sustentada por eletrônicos e alto preço de energia continuaram a desempenhar um papel no terceiro trimestre, enquanto as cadeias de fornecimento de semicondutores, carregadas pesaram sobre o comércio de veículos e peças. Assim, a eletrônica (circuitos integrados, telefones celulares, displays e computadores) continuou a impulsionar o comércio de mercadorias na Ásia Oriental no terceiro trimestre. As exportações im-

portações coreanas aumentaram em 5,6% e 4,6%, respectivamente, com as exportações de carros elétricos e híbridos em um nível recorde, apesar da tendência geral fraca para veículos e peças.

As exportações também se expandiram na China (sete de 1,8%), enquanto as importações diminuíram 6,2% após o crescimento de dois dígitos no primeiro semestre do ano. As importações japonesas aumentaram em 3,9%, lideradas principalmente por produtos energéticos e farmacêuticos, enquanto as importações diminuíram em 0,3% devido a menores embarques de veículos.

Mineiras e metais não ferrosos impulsionaram o crescimento das exportações de mercadorias da Austrália (3,6%), apesar da queda dos preços em setembro, já as importações caíram 5,3%, com lockdowns no leste da Austrália e deprimindo a demanda por combustíveis e produtos energéticos. A Índia e a Indonésia registraram um sólido crescimento das exportações (7,0% e 6,5%, respectivamente).

Na Europa, o comércio de mercadorias caiu no terceiro trimestre em comparação com o trimestre anterior. As exportações contraíram 0,5% na União Europeia, com queda nos embarques de máquinas e veículos afetando em particular a Alemanha (menos 1,7%) e a Itália (menos 1,2%). Já as exportações francesas registraram um ligeiro aumento (1,0%), com exceção da Alemanha (menos 2,2%) as importações de mercadorias aumentaram moderadamente em todo o região (mais 0,6% para a UE como um todo, 2,0% para a Itália e 1,7% para a França).



Operação de contêineres no porto de Santos: vendas externas crescem no mundo, mas Brasil fica para trás

anterior. As exportações contraíram 0,5% na União Europeia, com queda nos embarques de máquinas e veículos afetando em particular a Alemanha (menos 1,7%) e a Itália (menos 1,2%). Já as exportações francesas registraram um ligeiro aumento (1,0%), com exceção da Alemanha (menos 2,2%) as importações de mercadorias aumentaram moderadamente em todo o região (mais 0,6% para a UE como um todo, 2,0% para a Itália e 1,7% para a França).

Nos EUA, as exportações e importações de mercadorias aumentaram em 1,0% e 1,5%, respectivamente. As exportações canadenses cresceram em 1,7% apesar dos preços mais baixos da madeira pesando sobre as exportações de produtos florestais. As exportações mexicanas permaneceram estáveis (menos 0,2%), enquanto as importações se expandiram em 4,4%.

Os cereais impulsionaram o aumento das exportações de mercadorias da Argentina (13,7%), enquanto as exportações e importações brasileiras contraíram 7,1% e 1,5%, respectivamente. No terceiro trimestre de 2021, após o crescimento de dois dígitos no segundo trimestre.

O crescimento das exportações e importações de serviços para o G20 é estimado em 5,1% e 5,8% no terceiro trimestre de 2021, respectivamente, em comparação com o trimestre anterior e medido em dólares americanos ajustados sazonalmente.

País apoia veto à 'tarifa do download'

De Genebra

O Brasil anunciou ontem na Organização Mundial do Comércio (OMC) que vai se juntar a outros 61 países como copatrocinador pela renovação da moratória global na imposição de tarifa aduaneira sobre transmissão eletrônica, em meio a confrontação sobre o tema.

Essa moratória foi estabelecida em 1998 e periodicamente é renovada, para evitar cobrança de tarifa de importação no produto entregue eletronicamente. Não se aplica à transmissão digital com entrega física. E não cobre taxas internas. Mas sua renovação sempre é antecedida de negociações principalmente de países como Índia e África do Sul.

No caso de não haver acordo e a moratória expirar na semana que vem, os 164 países-membros da OMC teriam imediatamente o direito de impor tarifas sobre qualquer download de software, filmes, música, e-books, além de levantar questões sobre streaming de música do Spotify e vídeos na Netflix, por exemplo, que cruzam as fronteiras nacionais.

Em reunião no Conselho Geral da OMC, o embaixador brasileiro Alexandre Parola confirmou que o Brasil vai copatrocinar a renovação da moratória até a próxima conferência ministerial da entidade, e que também apoia a continuidade do programa de trabalho sobre comércio eletrônico na entidade.

"O Brasil considera que a moratória, como a única regra multilateral existente sobre comércio eletrônico, tem sido um componente importante da agenda de negociação global do comércio eletrônico, fornecendo previsibilidade e certeza para business e consumido-

res que se dedicam às transações eletrônicas internacionais", afirmou o diplomata.

O governo brasileiro se diz convencido de que uma eventual descontinuidade da moratória "enviaria uma mensagem política negativa sobre a capacidade da OMC e do sistema de comércio multilateral para lidar com os atuais desafios da economia global, que está se tornando cada vez mais digitalizada".

O Brasil vê valor em continuar as discussões sobre o escopo e impacto da moratória e qualquer outro tópico do programa de trabalho sobre comércio eletrônico, para melhorar a compreensão dos diferentes membros e posições sobre essas questões "e para enfrentar os desafios enfrentados pelos membros, particularmente os países em desenvolvimento, suscitado pelo crescimento do comércio eletrônico".

Já Índia e África do Sul, principalmente, continuam vinculando a moratória a outros temas pa-

ra dar o consentimento à renovação. Desta vez, os indianos estão focados sobretudo na suspensão de certas obrigações do Acordo de Trópicos (propriedade intelectual) para quebra de patente na produção de vacinas anticovid e também em avançar garantias de que pode dar subsídios para seus estógenos públicos sem limite.

Índia tem argumentado que, como advenço da inteligência artificial e tecnologia de impressão 3D, produtos podem ser agora facilmente transferidos eletronicamente, o que torna irrelevante a tarifa aduaneira sobre bens. Outros negociadores сетiram que não se comprovou que essa tecnologia aditiva são capazes de produzir bens complexos.

A Índia já tem legislação com tarifas para bens intangíveis, e estava preparada para cobrar alíquotas no caso de não renovação da moratória. Já negociadores de vários países dizem não ter ideia de como essa taxa poderia funcionar. (AM)



Parola: "copatrocinador importante do crescimento do comércio eletrônico"

Brasil Jornais Brasil

Relatório da FAO mostra aumento do número de brasileiros com fome

Assis Moreira De Genebra

A fome aumentou no Brasil, país que é um dos maiores exportadores líquidos de alimentos do mundo, constata a FAO, agência da ONU para a Agricultura e Alimentação, que publicou ontem novo relatório sobre a resiliência dos sistemas agrícolas nacionais.

A avaliação da FAO é de que a maioria dos países tem suficiente diversidade em seus sistemas agrícolas para atravessar choques. Ou seja, alimentos existem, o problema é o acesso a eles por falta de dinheiro.

É isso que acontece no Brasil, por exemplo, sinaliza o economista-chefe da FAO, Massimo Torero. Segundo o relatório, 14% da população brasileira, ou 29 milhões de pessoas, já não tinham condições de acesso a uma dieta saudável pelos dados de 2018, mas que teriam sido confirmados em 2020. E, no caso de choques que resultem em perda de um terço da renda pessoal, mais 10% da população brasileira, ou 21 milhões de pessoas, entram nesse grupo dos que não terão acesso a alimentação saudável.

Exemplifica que no Brasil e na Argentina mais de 70% do valor proteico provém de dois produtos, a soja e milho.

Outro desafio para o sistema agroalimentar brasileiro (produção, fornecedores, consumo final) é a deficiência da rede de transportes internos para carregar os produtos agrícolas.

Globalmente, o estudo da FAO constata que em 90 países o fechamento de estradas centrais

desemprego e perda de renda, argumentou.

A FAO aponta outros desafios para o Brasil. Nota que o país tem uma agricultura diversificada, mas em termos de valor realiza 60% de suas exportações com apenas um parceiro comercial — uma referência à China.

“O Brasil é um país muito robusto em termos de agricultura, mas produtores de fato enfrentam um risco de exportação”, disse o economista Andrea Cattaneo, principal autor do relatório.

Para a FAO, tanto o Brasil como a Argentina dependem fortemente das exportações e de um número relativamente pequeno de parceiros comerciais.

“Se algo acontece, como aconteceu com a indústria de carne [a China manteve por várias semanas o embargo à carne bovina brasileira] nesse grande país importador, tem efeito substancial”, disse Torero.

Cattaneo notou também que o fato de um país ser aberto no comércio agrícola e possuir vantagem comparativa não aumenta necessariamente a flexibilidade da produção.

“Se algo acontece, como aconteceu com a indústria de carne [a China manteve por várias semanas o embargo à carne bovina brasileira] nesse grande país importador, tem efeito substancial”, disse Torero.

“O Brasil tem enfrentando problemas nas redes de transporte para carregar os alimentos para os portos”, notou Torero, em referência a greve e ameaças



Andrea Cattaneo: “Brasil é um país muito robusto em agricultura, mas produtores enfrentam risco de exportação”

de paralisação de caminhoneiros.

“O Brasil é um grande exportador agrícola global, e quando qualquer coisa acontece em termos de interrupção no Brasil, isso afeta o mercado de alimentos no mundo.”

Mesmo antes da pandemia de covid-19, o mundo não estava no caminho certo para cumprir seu compromisso de acabar com a fome e a desnutrição até 2030. Além de extremos climáticos,

conflitos armados ou aumentos nos preços globais dos alimentos, a frequência e a gravidade desses choques está em ascensão, alerta a FAO.

Os sistemas agroalimentares produzem 11 bilhões de toneladas de alimentos por ano. E o setor agroalimentar é responsável por um terço das emissões de gases antropogênicos (resultado da ação humana) que causam mudança climática.

PGR veda opção por etnia em emprego

Luiza Martins De Brasília

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que oblige o Congresso Nacional a regulamentar hipóteses de prisão em casos de empregadores que desistem preferências de raça ou etnia em suas vagas de emprego.

A ação ajuizada ontem pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, pede a declaração de omissão do Poder Legislativo ao não prover a pena de reclusão para esse tipo de crime.

O relator é ministro Nunes Marques. Segundo Aras, o Estatuto da Igualdade Racial atualmente prevê apenas multa e prestação de serviços à comunidade a quem promover esse tipo de discriminação no recrutamento de trabalhadores.

Ele afirma que, embora os artigos incluídos na legislação em 2010 voltem à repressão criminal de condutas preconceituosas praticadas no contexto laboral, não há previsão de prisão, o que contraria a Constituição.

“A nova ordem constitucional brasileira passou a exigir que o legislador, ao tipificar racismo como infração penal, considerasse como crime de elevada gravidade, cuja pena privativa de liberdade deve ser fixada em parâmetro que viabilize regime inicial fechado”, defende Aras.

Racismo é um crime inafiançável e imprescritível. Recentemente, o plenário do STF decidiu, por maioria, que a injúria racial deve ser submetida a esses mesmos critérios. O ônus da discordância foi Marques.

LIVE Debêntures de INFRAESTRUTURA 25 de novembro, às 9h

Panel with speakers: Arnaldo Jardim, Felipe Prado, Martha Sellier, Natália Marcassa, Percy Soares Neto, Wellington Fagundes, Daniel Rittner.

Footer with QR code, website dabenturesinfraestrutura.com.br, and logos for Valor and Itaú.

A6 Valor | Quarta-feira, 24 de novembro de 2021

Brasil

Saúde Para brasileira, Europa é exemplo da necessidade de mais medidas Vacinação só não basta e Carnaval preocupa, diz OMS

Assis Moreira
De Genebra

A diretora-geral assistente da Organização Mundial de Saúde (OMS), Mariângela Simão, alertou ontem que a nova onda de covid-19 na Europa é uma ilustração de que a vacinação não é suficiente, numa sinalização ao Brasil sobre a importância de manter medidas sanitárias para evitar a transmissão do vírus.

No Valor a brasileira com o posto mais alto na governança global de saúde observou que "o que está acontecendo em países que têm maior cobertura vacinal é extremamente importante neste momento", em referência à nova onda de contaminação em países europeus.

"A emergência de casos na Europa após a flexibilização das medidas sociais e de saúde pública é uma realidade inescapável", acrescentou. "Se a vacinação não basta, com certeza diminuir hospitalizações e mortes pelo Sars-CoV-2, mas não diminuir a transmissão a ponto de eliminar a circulação do vírus."

Para Mariângela, continuam sendo da maior importância o uso de máscara, distanciamento social, lavar as mãos etc. Na Europa, vários países em situação quase de pânico impõem ou planejam restrições sanitárias mais rigorosas, como o paiz de reclusão de pessoas nos centros comerciais, desmontagem de parques e multidões nos restaurantes, bares, estações de esqui.

Além disso, países como a Suíça estudam tornar obrigatório o uso da máscara no cinema, teatro, restaurantes e escolas. Também pode encorajar de novo o teletrabalho. O passaporte vacinal poderá não ser dado mais a quem faz só testes negativos, e sim a quem se vacina.

Em conferência na abertura do Congresso Brasileiro de Epidemiologia, Mariângela Simão observou que as Américas vêm tendo um comportamento de transmissão comunitária contínuada, com ondas repetidas de infecção, segundo relato da Agência Brasil.

Com relação ao Brasil, ela considerou que o programa de vacinação continua bem. Mas, levando em conta o que acontece na Europa, não excedeu a preocupação no país com o Carnaval.

"Me preocupa quando vejo no Brasil a discussão sobre o Carnaval. É uma condição extremamente propícia para aumento da transmissão comunitária. Precisamos planejar as ações para 2022", disse Mariângela, segundo a Agência Brasil.

No evento, ela declarou que o futuro da pandemia depende de alguns fatores: a imunidade populacional, resultado da vacinação e da imunização natural; o acesso a medicamentos; como isso se comporta nas variantes de preocupação e quanto transmissíveis elas serão; e a adoção de medidas sociais de saúde pública e a aderência da população a essas políticas.

"Onde medidas de saúde pública são usadas de forma consistente os surtos continuam a ocorrer em populações suscetíveis", afirmou ela.

A experiência no exterior mostra ao Brasil que não dá para as autoridades se contentarem com o "booster", a terceira dose de vacina contra o vírus. A própria OMS mantém uma recomendação recítrita em relação à terceira dose, basicamente para pessoas mais vulneráveis e idosas. No entanto, mais países adotam a dose de reforço. A Swissmedic, autoridade reguladora na Suíça, recomendou ontem a dose de reforço para pessoas a partir de 16 anos de idade.

A mais recente avaliação da consultoria de saúde Airmity é que na Europa a Hungria, a Bélgica e a Holanda são os países que correm maior risco de futuro lockdown, com a quarta grande onda de covid-19.

Mas as autoridades dizem que não dá para ficar sem reagir fortemente. O diretor para a Europa da OMS, Hans Kluge, já deu mais de uma vez o sinal de alerta de que, pela trajetória atual das infecções, a Europa poderia ter 500 mil mortes por covid até o primeiro trimestre do ano que vem.

De onde o início da pandemia, Serrana confirmou 5.852 casos do novo coronavírus, com 117 mortes. Na semana em que a vacinação em massa teve início, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) incluiu a fábrica da Fiocruz como local de produção do registro brasileiro da vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford e pela AstraZeneca.

A aprovação da Anvisa era esperada para o mês de outubro. Agora, fonte da Fiocruz afirma que o aval da agência "deve acontecer nos próximos dias". Com isso, as primeiras vacinas totalmente fabricadas no país devem chegar em dezembro. Por ora, as doses fornecidas pela Fiocruz são baseadas em IFA importado da China.

A fonte afirma que as vacinas

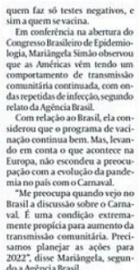
reduziram a proteção, passaram a ser feitas em lotes de 40 mil habitantes, pior mês da pandemia, número que caiu para o mês seguinte e que tem apresentado redução gradual.

Foram sete óbitos em maio, seis em junho, dois em julho, sete em agosto, quatro em setembro, três em outubro e dois neste mês, até sexta-feira passada.

Em relação aos casos confirmados, após a forte queda os números seguiram estáveis até setembro, mês em que foram computados 179 registros.

Dumbro, porém, viu o total de casos mais do que triplicar e chegar a 563, cenário que se repete em novembro, com 449 registros até a última semana — e a média for mantida, superará outubro.

"Avalio como a volta à normalidade da população. As pessoas



Dr. Mariângela Simão, diretora-geral assistente da OMS, falando em uma conferência.

Mariângela Simão: avanço de casos na Europa é "realidade inescapável"

reduziram a proteção, passaram a ser feitas em lotes de 40 mil habitantes, pior mês da pandemia, número que caiu para o mês seguinte e que tem apresentado redução gradual.

Foram sete óbitos em maio, seis em junho, dois em julho, sete em agosto, quatro em setembro, três em outubro e dois neste mês, até sexta-feira passada.

Em relação aos casos confirmados, após a forte queda os números seguiram estáveis até setembro, mês em que foram computados 179 registros.

Dumbro, porém, viu o total de casos mais do que triplicar e chegar a 563, cenário que se repete em novembro, com 449 registros até a última semana — e a média for mantida, superará outubro.

"Avalio como a volta à normalidade da população. As pessoas

reduziram a proteção, passaram a ser feitas em lotes de 40 mil habitantes, pior mês da pandemia, número que caiu para o mês seguinte e que tem apresentado redução gradual.

Foram sete óbitos em maio, seis em junho, dois em julho, sete em agosto, quatro em setembro, três em outubro e dois neste mês, até sexta-feira passada.

Em relação aos casos confirmados, após a forte queda os números seguiram estáveis até setembro, mês em que foram computados 179 registros.

Dumbro, porém, viu o total de casos mais do que triplicar e chegar a 563, cenário que se repete em novembro, com 449 registros até a última semana — e a média for mantida, superará outubro.

"Avalio como a volta à normalidade da população. As pessoas

reduziram a proteção, passaram a ser feitas em lotes de 40 mil habitantes, pior mês da pandemia, número que caiu para o mês seguinte e que tem apresentado redução gradual.

Foram sete óbitos em maio, seis em junho, dois em julho, sete em agosto, quatro em setembro, três em outubro e dois neste mês, até sexta-feira passada.

Em relação aos casos confirmados, após a forte queda os números seguiram estáveis até setembro, mês em que foram computados 179 registros.

Dumbro, porém, viu o total de casos mais do que triplicar e chegar a 563, cenário que se repete em novembro, com 449 registros até a última semana — e a média for mantida, superará outubro.

"Avalio como a volta à normalidade da população. As pessoas

reduziram a proteção, passaram a ser feitas em lotes de 40 mil habitantes, pior mês da pandemia, número que caiu para o mês seguinte e que tem apresentado redução gradual.

Jornais Brasil

País precisa de 80% de cobertura para 'respirar tranquilo'

Ana Conceição
De São Paulo

A nova onda da pandemia de covid-19 na Europa assusta e a Organização Mundial de Saúde (OMS) diz que a situação exige de alerta para o mundo. Embora a comparação entre o que o centro aqui e lá não seja simples, no Brasil, a situação não preocupa no curto prazo. Mas o país precisa chegar a pelo menos 80% da população vacinada para respirar mais tranquilo, diz Leonardo Bastos, membro do grupo de Métodos Analíticos de Vigilância Epidemiológica da Fiocruz (Mave-Fiocruz).

Com uma cobertura heterogênea de imunização no país, o vírus pode encontrar bolsões de pessoas não vacinadas e provocar pequenas ondas de infecções, hospitalizações e óbitos, como ocorreu no Rio de Janeiro, logo no início da introdução da variante Delta, no Distrito Federal e agora, no Rio Grande do Norte.

"A covid-19 está fazendo menos estrago porque estamos com uma cobertura mais baixa, não ideal, mas boa, e tivemos uma grande onda de infecção prévia pela gamma pouco meses atrás", diz. Assim, até alcançar um nível mais alto de cobertura, o país está sujeito a episódios de hospitalizações e mortes, não como antes, mas em níveis não aceitáveis para uma doença para qual já existe tratamento, afirma Bastos.

E como o vírus continua circulando, ainda não estabelecido, pode mudar", afirma o pesquisador. Para ele, as medidas não farmacológicas deveriam continuar mandatórias, como o distanciamento e o uso de máscaras.

Essas medidas continuam necessárias porque a variante delta, agora dominante no Brasil, é muito mais transmissível e o ganho de proteção coletiva ideal seria atingido com mais de 80% da população total vacinada.

De onde o início da pandemia, Serrana confirmou 5.852 casos do novo coronavírus, com 117 mortes. Na semana em que a vacinação em massa teve início, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) incluiu a fábrica da Fiocruz como local de produção do registro brasileiro da vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford e pela AstraZeneca.

A aprovação da Anvisa era esperada para o mês de outubro. Agora, fonte da Fiocruz afirma que o aval da agência "deve acontecer nos próximos dias". Com isso, as primeiras vacinas totalmente fabricadas no país devem chegar em dezembro. Por ora, as doses fornecidas pela Fiocruz são baseadas em IFA importado da China.

A fonte afirma que as vacinas

reduziram a proteção, passaram a ser feitas em lotes de 40 mil habitantes, pior mês da pandemia, número que caiu para o mês seguinte e que tem apresentado redução gradual.

Foram sete óbitos em maio, seis em junho, dois em julho, sete em agosto, quatro em setembro, três em outubro e dois neste mês, até sexta-feira passada.

Em relação aos casos confirmados, após a forte queda os números seguiram estáveis até setembro, mês em que foram computados 179 registros.

Dumbro, porém, viu o total de casos mais do que triplicar e chegar a 563, cenário que se repete em novembro, com 449 registros até a última semana — e a média for mantida, superará outubro.

"Avalio como a volta à normalidade da população. As pessoas

reduziram a proteção, passaram a ser feitas em lotes de 40 mil habitantes, pior mês da pandemia, número que caiu para o mês seguinte e que tem apresentado redução gradual.

Foram sete óbitos em maio, seis em junho, dois em julho, sete em agosto, quatro em setembro, três em outubro e dois neste mês, até sexta-feira passada.

Em relação aos casos confirmados, após a forte queda os números seguiram estáveis até setembro, mês em que foram computados 179 registros.

Dumbro, porém, viu o total de casos mais do que triplicar e chegar a 563, cenário que se repete em novembro, com 449 registros até a última semana — e a média for mantida, superará outubro.

"Avalio como a volta à normalidade da população. As pessoas

reduziram a proteção, passaram a ser feitas em lotes de 40 mil habitantes, pior mês da pandemia, número que caiu para o mês seguinte e que tem apresentado redução gradual.

Foram sete óbitos em maio, seis em junho, dois em julho, sete em agosto, quatro em setembro, três em outubro e dois neste mês, até sexta-feira passada.

Em relação aos casos confirmados, após a forte queda os números seguiram estáveis até setembro, mês em que foram computados 179 registros.

Dumbro, porém, viu o total de casos mais do que triplicar e chegar a 563, cenário que se repete em novembro, com 449 registros até a última semana — e a média for mantida, superará outubro.

'Normalidade' triplica covid em Serrana

Folhapress, de Ribeirão Preto

Cidade escolhida para sediar o projeto inédito de vacinação em massa do Instituto Butantan, Serrana, na região de Ribeirão Preto, interior paulista, viu o total de casos de covid-19 triplicar em outubro e apresentar preocupante alta em novembro. As mortes em decorrência de complicações da doença, porém, estão estáveis.

Avolta à normalidade é o principal motivo apontado pela prefeitura para o aumento de casos no município, que projeta vacinar toda a população acima de 18 anos com a dose de reforço em até três semanas.

O chamado projeto S do Butantan consiste em analisar o impacto e a eficácia da vacinação na redução de casos do novo coronavírus e no controle da pandemia. Os participantes serão acompanhados por um ano.

Com a vacinação em massa iniciada em fevereiro com a Coronavac, Serrana viu os casos da doença caírem a partir de abril, mês em que foi concluída a aplicação das duas doses de imunizantes. Naquele mês, foram 235 casos da doença, ante 692 no mês anterior.

No auge da segunda onda, março tinha registrado 18 mortes na cidade de 46 mil habitantes, pior mês da pandemia, número que caiu para o mês seguinte e que tem apresentado redução gradual.

Foram sete óbitos em maio, seis em junho, dois em julho, sete em agosto, quatro em setembro, três em outubro e dois neste mês, até sexta-feira passada.

Em relação aos casos confirmados, após a forte queda os números seguiram estáveis até setembro, mês em que foram computados 179 registros.

Dumbro, porém, viu o total de casos mais do que triplicar e chegar a 563, cenário que se repete em novembro, com 449 registros até a última semana — e a média for mantida, superará outubro.

"Avalio como a volta à normalidade da população. As pessoas

reduziram a proteção, passaram a ser feitas em lotes de 40 mil habitantes, pior mês da pandemia, número que caiu para o mês seguinte e que tem apresentado redução gradual.

Foram sete óbitos em maio, seis em junho, dois em julho, sete em agosto, quatro em setembro, três em outubro e dois neste mês, até sexta-feira passada.

Em relação aos casos confirmados, após a forte queda os números seguiram estáveis até setembro, mês em que foram computados 179 registros.

Dumbro, porém, viu o total de casos mais do que triplicar e chegar a 563, cenário que se repete em novembro, com 449 registros até a última semana — e a média for mantida, superará outubro.



Fila de vacinação em Serrana (SP) em fevereiro: casos de covid-19 na cidade cresceram, mas mortes estão estáveis

reduziram a proteção, passaram a ser feitas em lotes de 40 mil habitantes, pior mês da pandemia, número que caiu para o mês seguinte e que tem apresentado redução gradual.

Foram sete óbitos em maio, seis em junho, dois em julho, sete em agosto, quatro em setembro, três em outubro e dois neste mês, até sexta-feira passada.

Em relação aos casos confirmados, após a forte queda os números seguiram estáveis até setembro, mês em que foram computados 179 registros.

Dumbro, porém, viu o total de casos mais do que triplicar e chegar a 563, cenário que se repete em novembro, com 449 registros até a última semana — e a média for mantida, superará outubro.

"Avalio como a volta à normalidade da população. As pessoas

reduziram a proteção, passaram a ser feitas em lotes de 40 mil habitantes, pior mês da pandemia, número que caiu para o mês seguinte e que tem apresentado redução gradual.

Foram sete óbitos em maio, seis em junho, dois em julho, sete em agosto, quatro em setembro, três em outubro e dois neste mês, até sexta-feira passada.

Em relação aos casos confirmados, após a forte queda os números seguiram estáveis até setembro, mês em que foram computados 179 registros.

Dumbro, porém, viu o total de casos mais do que triplicar e chegar a 563, cenário que se repete em novembro, com 449 registros até a última semana — e a média for mantida, superará outubro.

Fiocruz tem nova área de controle de imunizantes

Gabriel Vasconcelos
Do Rio

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) inaugurou, ontem, novo laboratório de controle de qualidade de vacinas e biológicos no Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), na zona norte do Rio. O objetivo é atender a demanda crescente por análises de produtos, sobretudo relacionados ao imunizante contra a covid-19. A instalação custou R\$ 125 milhões, sendo 85% de doações da iniciativa privada.

Segundo o diretor de Bio-Manguinhos, Maurício Zuma, com a inauguração do laboratório, a Fiocruz chega à última fase do planejamento de internalização da vacina contra covid-19. A fabricação nacional do ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) está em fase de implantação e independe do laboratório, mas a unidade dá suporte à produção de Bio-Manguinhos, acelerada pela pandemia.

A Fiocruz informou que já fabricou cinco lotes de IFA nacional, dos quais quatro passaram por análise no exterior. Outros três lotes estão em fase de processamento. O IFA nacional só dará origem a doses encaminhadas ao Ministério da Saúde quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) incluir a fábrica da Fiocruz como local de produção do registro brasileiro da vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford e pela AstraZeneca.

A aprovação da Anvisa era esperada para o mês de outubro. Agora, fonte da Fiocruz afirma que o aval da agência "deve acontecer nos próximos dias". Com isso, as primeiras vacinas totalmente fabricadas no país devem chegar em dezembro. Por ora, as doses fornecidas pela Fiocruz são baseadas em IFA importado da China.

A fonte afirma que as vacinas

reduziram a proteção, passaram a ser feitas em lotes de 40 mil habitantes, pior mês da pandemia, número que caiu para o mês seguinte e que tem apresentado redução gradual.

Foram sete óbitos em maio, seis em junho, dois em julho, sete em agosto, quatro em setembro, três em outubro e dois neste mês, até sexta-feira passada.

Em relação aos casos confirmados, após a forte queda os números seguiram estáveis até setembro, mês em que foram computados 179 registros.

Dumbro, porém, viu o total de casos mais do que triplicar e chegar a 563, cenário que se repete em novembro, com 449 registros até a última semana — e a média for mantida, superará outubro.

"Avalio como a volta à normalidade da população. As pessoas

reduziram a proteção, passaram a ser feitas em lotes de 40 mil habitantes, pior mês da pandemia, número que caiu para o mês seguinte e que tem apresentado redução gradual.

Foram sete óbitos em maio, seis em junho, dois em julho, sete em agosto, quatro em setembro, três em outubro e dois neste mês, até sexta-feira passada.

Em relação aos casos confirmados, após a forte queda os números seguiram estáveis até setembro, mês em que foram computados 179 registros.

Dumbro, porém, viu o total de casos mais do que triplicar e chegar a 563, cenário que se repete em novembro, com 449 registros até a última semana — e a média for mantida, superará outubro.

Brasil Jornais Brasil

Relações externas Investimento no setor cresce 67% e deve avançar mais
Noruega mira energia verde e amplia aposta no Brasil

Juliana Schincariol Do Rio
A Noruega considera o Brasil um parceiro estratégico na transição para uma economia de baixo carbono e no desenvolvimento de tecnologias verdes.

passos são importantes. A transição tem que começar. Para isso, o apoio dos governos é fundamental, defende. Os veículos elétricos representam quase 80% das vendas de carros novos em setembro na Noruega, com incentivos fiscais.



Consul-geral Marianne Fosland: compromisso com o Brasil é de longo prazo

País precisa melhorar gestão do sistema elétrico, diz Abeeólica

Gabriela Ruddy Do Rio
A presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gammoum, acredita que o Brasil precisa melhorar a gestão do sistema elétrico.

ses investimentos se concretizem, é necessário ter uma diretriz regulatória, além de uma melhor logística portuária e soluções para conexão das usinas offshore à malha de transmissão.

Black Friday
Ofertas incríveis em até 21x sem juros
moto g60
21x R\$ 72 sem juros
no Plano Vivo Selfie Netflix
Até 10% de cashback com o cartão Vivo Itaucard
Loja Vivo vivo.com.br/blackfriday App Vivo



**PRIMEIRO,
MELHOR COMERCIAL
DO BRASIL
NO PRÊMIO DO SBT.**



**AGORA, MELHOR
CAMPANHA NACIONAL
NO PRÊMIO
PROFISSIONAIS DO ANO
DA REDE GLOBO.**



**ISSO
É MUITO
ITAÚ.**



A10 Valor | Quinta-feira, 24 de novembro de 2021

Política

Congresso Parecer sobre PEC será lido hoje na CCJ do Senado, mas deve ter pedido de vista
Bezerra propõe Auxílio Brasil permanente sem compensação

Renan Truffi e Vandon Lima De Brasília

O relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), distribuiu ontem, para os senadores, um resumo das mudanças que fará no texto enviado pela Câmara. O parecer dele deve ser lido hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas um pedido de vista já é dado como certo. Obtido pelo Valor, o documento lista sete "melhorias" que devem ser feitas no projeto, entre elas uma mudança que abre caminho para tornar o Auxílio Brasil um programa permanente na Constituição. Bezerra Coelho não apresentou, qualquer fonte de informação, qual o texto que ele defende que não será necessário no primeiro ano de existência do programa.

Segundo Bezerra Coelho, "há uma tese" na qual a abertura do espaço fiscal no texto de gastos em si já seria suficiente para garantir a compensação fiscal do novo programa de transferência de renda. Para os próximos anos, a ideia é identificar outras fontes de compensação. "A receita para a criação de Auxílio Brasil permanente será identificada no próximo ano. Mas existe interpretação de que, em tese, a receita está prevista no espaço fiscal aberto. Por ser uma emenda constitucional, a necessidade de compensação para o Auxílio Brasil permanente estaria suprimida neste primeiro momento", explicou.

O relator também não quer projeto de reforma do Imposto de Renda e um "fonte candidato" para garantir a compensação fiscal do Auxílio Brasil a partir de 2023. A matéria está parada no Senado há alguns meses e sofre forte resistência entre algumas bancadas. "Estamos tentando vencer dificuldades sobre a reforma do IR. Se não aprovamos o projeto este ano, certamente aprovamos ano que vem".

A sugestão não agradou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "Não podemos, a pretexto de sustentar qualquer projeto de programa, querer aumentar impostos, isso não tem o



Bezerra Coelho, relator da PEC dos Precatórios no Senado: "A receita para a criação de Auxílio Brasil permanente será identificada no próximo ano"

menor cabimento a essa aluna", afirmou o parlamentar mineiro. Além de não prever compensação fiscal, o texto que deve ser apresentado por Bezerra ainda sugere dispensar de limitações legais e fiscais justamente os programas sociais de combate à pobreza. Outra novidade é a proposta para que os precatórios destinados a profissionais do magistério, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundeb), sejam pagos na forma de abonos. O objetivo, diz o texto, é "evitar a inoperância" desse recurso "na remuneração, aposentadoria ou pensão".

O relatório também deve trazer uma alteração feita a pedido dos governadores. A demanda é que a PEC garanta que os mesmos precatórios do Fundeb, expedidos em favor dos Estados, sejam pagos antes das eleições de 2022. Por isso, Bezerra desenhava que a possibilidade de

que as mudanças aconteça por parâmetros, sendo que a primeira deverá ser paga em 30 de abril, e a segunda até 31 de agosto e a terceira em 31 de dezembro. Esta proposta dos governadores recebeu apoio, principalmente, de senadores do PSD que são ligados aos Estados da Bahia e Amazonas, algumas das unidades da federação que mais têm precatórios a receber. Apesar disso, a bancada ainda mostra certa resistência à votação da PEC. Outrem, o líder do PSD no Senado, Nélio Trad (MG), anunciou que a sigla irá pedir vista da votação na Comissão de Constituição e Justiça. Os senadores da legenda reclamam que não tiveram acesso às mudanças promovidas pelo relator. O pedido de vista do PSD pode significar, na prática, um adiamento das discussões até a semana que vem. Sobre isso, Bezerra afirmou esperar que a vista seja concedida por apenas 24 horas, mas admitiu a possibilidade de que esse adiamento aconteça por um período maior.

Outras mudanças previstas no

relatório são: a vinculação explícita dos recursos do novo espaço fiscal ao Auxílio Brasil; a criação de uma comissão mista para análise da evolução dos precatórios; a inclusão de um prazo para que gastos com precatórios sejam incluídos na LDO; e ajustes regionais para deixar mais clara a possibilidade de usos de direitos adquiridos por terceiros. Por fim, Bezerra não quis garantir ontem que a PEC será feita quando chegar à Câmara, como chegou a ser negociado com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-MG), há alguns dias. "Eventualmente podemos promulgar após a votação no Senado e rapidamente a Câmara se debruce sobre essas alterações".

de Guedes na ofensiva.

Se ignorar o pedido para não afastar a LRF, Bezerra tem menos chances de aprovar o projeto de lei, pois o Senado não votará a favor da PEC, a menos que o projeto seja aprovado no Senado.

Para demonstrar que não tentou manipular a votação do projeto de lei, Bezerra pediu para não colocar o Auxílio Brasil na Constituição. Ele colocou um comando para que dentro do capítulo de assistência social esteja incluído o combate à pobreza e extrema pobreza, bem como a garantia de acesso a serviços essenciais.

Seja como for, o Senado, com a contribuição do próprio líder do governo, mais uma vez impõe uma derrota, ainda que parcial, para a Economia. E contribui para minar a contabilidade credível fiscal, acrescentando às propostas políticas que vierem da Câmara mais essa medida nas regras fiscais.

Jornais Brasil

Líder do governo ignora apelo da Economia

Análise

Fabio Draner São Paulo

Apesar de líder do governo, o senador Fernando Bezerra (MDB-PE) ignora a posição contrária manifestada ontem pelo secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Estevão Colagrosso, e colabore em seu relatório a dispensa da compensação exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quando se trata de aumento de despesa permanente.

Além de ser mais um movimento que enfraquece a posição da área econômica, Bezerra faz nova trina no arcabouço fiscal, ao usar a Constituição para driblar uma das regras mais antigas e bem vistas do país.

No coletiva do quinto relatório bimestral, Colagrosso foi bem claro em defender que a LRF não fosse "afastada". Mas o texto que Bezerra apresentou ontem aos senadores em reuniões reservadas foi na contramão. Ele disse claro que o programa social, que poderá ser tomado permanente até o fim do próximo ano, está dispensando da "observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação social que acarrete aumento de despesa".

Essa definição está expressa no artigo 17 da LRF. O espírito dessa legislação é garantir que para qualquer programa permanente haja uma fonte de financiamento permanente, para se garantir o equilíbrio fiscal ao longo do tempo.

O líder mostrou que o projeto de grande parte do Senado para tornar o Auxílio Brasil de R\$ 400 permanente traria de volta à LRF essa compensação para garantir um auxílio permanente de R\$ 300. O projeto de lei, porém, foi para a gaveta do Senado e as discussões sobre o Auxílio Brasil tornaram novo rumo.

Com dificuldade de encontrar compensação e pressionado pela política, o presidente Jair Bolsonaro fez uma mudança súbita de rumo, exigindo R\$ 400 para o Auxílio Brasil.

Se ignorar o pedido para não afastar a LRF, Bezerra tem menos chances de aprovar o projeto de lei, pois o Senado não votará a favor da PEC, a menos que o projeto seja aprovado no Senado.

Para demonstrar que não tentou manipular a votação do projeto de lei, Bezerra pediu para não colocar o Auxílio Brasil na Constituição. Ele colocou um comando para que dentro do capítulo de assistência social esteja incluído o combate à pobreza e extrema pobreza, bem como a garantia de acesso a serviços essenciais.

Seja como for, o Senado, com a contribuição do próprio líder do governo, mais uma vez impõe uma derrota, ainda que parcial, para a Economia. E contribui para minar a contabilidade credível fiscal, acrescentando às propostas políticas que vierem da Câmara mais essa medida nas regras fiscais.

Guedes se nega a revelar investimentos a deputados

Luís Otta e Marilou Casarotto De Brasília

Em uma reunião tema, que aconteceu abandonado após ter sido chamado de senador, o ministro da Economia, Paulo Guedes, prestou ontem esclarecimentos à Câmara sobre seus investimentos em uma offshore na ilha Virgens Britânicas. Ele admitiu não abrir a conta para manter o patrimônio na família após sua morte, em vez de entregar cerca de 50% ao governo dos Estados Unidos como imposto sobre herança. Mas negou "milhões" que haja conflito de interesses entre esse investimento e sua função no governo.

O ministro mostrou impaciência quando, ao responder ao segundo Guedes fez perguntas dos deputados, foi interrompido algumas vezes por manifestações fora do microfone.

As final de suas respostas a esse

bloco, afirmou que as informações sobre seus investimentos foram todas abertas às "instâncias pertinentes", mas que não os entregou aos deputados. "Não pode ser assim", disse. E fez uma analogia: "É uma coisa que se chama privacidade. Você pode ser perseguido por um vizinho. Você pode ser assaltado por um vizinho. Eu não posso chegar aqui e dizer 'Lá fora, no Brasil, sei tudo que eu tenho, onde eu tenho'. Não pode ser assim". Em seguida, o ministro falou como presidente da mesa, deputado Almo Moura (PTI-RS), fora do microfone. Foi possível ouvir dizer "quanto senado", ao que Moura respondeu: "não, não". Minutos depois, quando o deputado Lira do Pndar (PSB-MA) perguntou quanto Guedes havia deixado de pagar em impostos no Brasil, Moura afirmou: "o ministro queria se retirar porque não aceita a perda de senado".

Guedes informou aos deputados que criou "bancas" de empresas e criou muitas oportunidades empresariais, o que justificou sua participação. Contou ter sido o fundador do BIG, hoje o maior banco de investimentos do país, do grupo Altel Educação, das Faculdades Ilumec. Quando decidiu integrar o governo, seguiu orientações de seus advogados por avaliar que o governo Bolsonaro seria alvo de muita pressão política, explicou. Vendeu todos os negócios sobre os quais tinha controle direto, "com grande prejuízo". E os negócios no país que não estavam sob sua administração direta foram entregues a um "batalhão" administrados por terceiros. O investimento na offshore foi feito por razões sucessórias, disse. Daí porque sua mulher e sua filha figuram como diretoras da empresa no exterior. É para garantir que, após seu falecimento, elas permanecem no comando dos recursos.

Segundo o ministro, a informação que elas participam da empresa no exterior é "uma obrigação", por isso informou ao governo não haver conflito entre sua posição e os investimentos mantidos por ele ou por familiares. O dado consta de declarações entregues à Receita Federal e ao Banco Central, disse. Ao se referir a offshore, lançou mão de outras palavras: "bancas", "bancas", "bancas".

Guedes também respondeu ao deputado Elias Vaz (PSB-GO) não saber quanto tem em suas aplicações pessoais. Mas, acrescentou, a Receita e o BC sabem. Vaz é autor de uma representação protocolada no Ministério Público Federal pedindo apuração sobre a participação da mulher e da filha

de Guedes na ofensiva.

Se ignorar o pedido para não afastar a LRF, Bezerra tem menos chances de aprovar o projeto de lei, pois o Senado não votará a favor da PEC, a menos que o projeto seja aprovado no Senado.

Para demonstrar que não tentou manipular a votação do projeto de lei, Bezerra pediu para não colocar o Auxílio Brasil na Constituição. Ele colocou um comando para que dentro do capítulo de assistência social esteja incluído o combate à pobreza e extrema pobreza, bem como a garantia de acesso a serviços essenciais.

Seja como for, o Senado, com a contribuição do próprio líder do governo, mais uma vez impõe uma derrota, ainda que parcial, para a Economia. E contribui para minar a contabilidade credível fiscal, acrescentando às propostas políticas que vierem da Câmara mais essa medida nas regras fiscais.

Para a ministra, permitir isso seria "legitimar um expediente apto a imitar o chefe de Estado contra atos de investigação criminal, com a exclusão de informações eventualmente incluídas no âmbito da investigação de probabilidade do Estado e da jurisdição penal do STF".

"Não se mostra conciliável com a forma republicana e o regime democrático de governo e a instituição de modelos normati-

Rosa Weber manda Queiroga mostrar processos à PF

Luís Martins De Brasília

A ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, prorrogou por mais 45 dias o inquérito que apura o envolvimento do presidente Jair Bolsonaro com as supostas fraudes na importação da vacina indiana Covaxin. Ela determinou que o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e o diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Antônio Barra Torres, encaminharem à Polícia Federal (PF) todos os processos administrativos referentes à contratação do imunizante e à sua autorização para uso emergencial. O prazo é de cinco dias.

O acesso aos materiais foi solicitado à ministra pela própria PF, como diligência necessária para aprofundar as apurações. Nos autos, porém, o governo federal informou aos investigadores que os documentos eram sigilosos. A relatora afirmou que cláusulas de sigilo impostas pelo Ministério da Saúde aos processos administrativos da importação da Covaxin, contrato que depois foi suspenso diante de suspeitas de irregularidades, não impedem o compartilhamento desses documentos com as autoridades. "Cabe registrar ser de todo inócuo a ação governamental de subtrair do acesso público infor-

mações alusivas à celebração de determinado contrato administrativo, cuja divulgação não pareça capaz de pôr em risco a segurança da sociedade e do Estado, de modo a excepcionar a regra geral da publicidade". Segundo Rosa, classificações restritivas de acesso a informações não podem ser invocadas pelo governo para obstruir a produção de provas criminais contra o presidente da República.

Para a ministra, permitir isso seria "legitimar um expediente apto a imitar o chefe de Estado contra atos de investigação criminal, com a exclusão de informações eventualmente incluídas no âmbito da investigação de probabilidade do Estado e da jurisdição penal do STF".

"Não se mostra conciliável com a forma republicana e o regime democrático de governo e a instituição de modelos normati-

vos que consigam o sigilo como estratégia de ação governamental", escreveu. Ela afirmou que a ação deve ser, quando se trata de atos pertinentes à defesa pública e a utilização de recursos escassos em entidades de probabilidade do Estado e da jurisdição penal do STF.

As negociações para a compra da vacina Covaxin, que não chegou a ser concretizada, foram um dos eixos centrais das investigações da CPI da Covid no Senado.